

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Ata Nº 153 de 27 de junho de 2019.**PRESIDÊNCIA/GAB1JAPRE****Referência: SEI nº: 18.0.000002809-2**

Aos 26 dias do mês de junho de 2019, às 14 horas 30 minutos, na sala de reuniões do Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, foi realizada reunião com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, para alinhamento das ações a serem desenvolvidas.

PARTICIPANTES:

Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi – Juíza Auxiliar da Presidência e Presidente da Comissão;

Jonas Demostene Ramos – Diretor Geral;

Eva Portugal de Sousa, Técnica Judiciária de 2ª Instância; (pessoa com deficiência física)

Francisco de Assis Sobrinho, Diretor Judiciário;

João Ornato Benigno Brito, Assessor de Projetos da Diretoria Geral;

Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social;

Luciano Moura da Diretoria de Infraestrutura e Obras;

Monielle Guerra Justino, Secretária Executiva da Diretoria Geral;

Tiago Sousa Luz, representante da Diretoria de Tecnologia da Informação;

Vania Ferreira da Silva Rocha, Assessora Técnica da Diretoria Geral.

William Christie Caproni de Oliveira, representante da DIGEP;

Ausências Justificadas:

Marcelo Leal de Araújo Barreto, Diretor de Tecnologia da Informação;

Rogério José Canalli, Diretor de Infraestrutura e Obras;

Spencer Vampré, Diretor de Gestão de Pessoas;

Wallson Brito da Silva, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos;

PAUTA

Ações a serem desenvolvidas, com vistas ao cumprimento da Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convocação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.

ASSUNTOS ABORDADOS:

Iniciada a reunião a Dra Rosa Maria questionou aos presentes, quem já estava na Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão desde a regulamentação do assunto em pauta, pela Resolução 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça;

A servidora Eva informou que está na referida Comissão desde o início, mas que nunca participou de nenhuma reunião;

Informou, ainda, que há outros servidores do Tribunal de Justiça que também utilizam cadeira de rodas;

O servidor Ornato sugeriu que, primeiramente, se direcione o trabalho desta comissão ao cumprimento dos requisitos do artigo 6º, inciso X, da Portaria 88, de 28 de maio de 2019, do CNJ, que institui e regulamenta o Premio CNJ de Qualidade, ano 2019;

Para tanto, passou-se a leitura do requisito específico de acessibilidade e inclusão, sugerindo adaptação da Portaria 1213/2019/PRESIDÊNCIA/ASPRE, de 07 de junho de 2019;

O servidor Luciano Moura, lotado na Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO, destacou que esta comissão instituída precisa fazer parte tanto da elaboração do projeto arquitetônico de acessibilidade quanto do recebimento definitivo das obras realizadas no Poder Judiciário do estado do Tocantins;

Sugeriu que a Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO apresente a esta comissão os projetos dos Fóruns de Miracema e Paraíso, os quais contemplam a acessibilidade;

A Diretora do CECOM informou que já desenvolvem algumas ações relacionadas à divulgação dos direitos do deficiente físico, por meio do *site* institucional e redes sociais do TJTO;

Dr. Jonas sugeriu a leitura da NBR 9050/2015, norma que regulamenta a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para conhecimento de todos os membros;

A Diretora do CECOM destacou a necessidade de que o novo *site* institucional que está sendo construído, já possa contemplar toda a acessibilidade necessária (para deficientes visuais e surdos inclusive);

Dra Rosa Maria sugeriu que alguém capacitado em libras acompanhe o Projeto Justiça Cidadã, sendo informado pelos presentes que, no TJTO, há pessoas que já receberam capacitação específica, o que poderá ser consultado junto à ESMAT;

A Diretora do CECOM Kézia informou sobre os trabalhos já desenvolvidos no TRE/TO, com foco na acessibilidade, citando a experiência do servidor Clairton Thomazi;

Foi sugerido que os servidores do TJTO, Danilo, Eloisa e Genivaldo sejam convidados a participarem da próxima reunião desta comissão mediante sugestões de melhorias, tendo em vista que vivenciam necessidades especiais;

Foi sugerida visita ao MPF, em Palmas, para conhecer as adequações lá realizadas que atendem as necessidades das pessoas com deficiência física;

O Luciano destacou que a estrutura do Fórum de Araguaína atende parcialmente a NBR 9050/2015 e necessita de adequações complementares à norma, como por exemplo, placas em Braille para indicação de salas e ambientes internos e piso tátil;

Foi informado que, na sala da Divisão de Administração e Segurança de Redes do TJTO, existem algumas mesas com regulagens eletrônicas, as quais poderão atender as pessoas com deficiências físicas deste

Tribunal; ocasião em que a servidora Eva manifestou interesse em conhecer *in loco*, tendo em vista sua deficiência física;

DELIBERAÇÕES:

Após informações, nos termos acima, ficou deliberado entre os presentes:

- 1 – Servidor Ornato apresentará, em 10 dias, a partir desta data, minuta de Portaria de reestruturação desta Comissão, adequando-a a Resolução **230/2016** e a Portaria 88/2019, ambas do CNJ.
- 2 – Fica agendada nova reunião para o **dia 09 de agosto de 2019**, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões deste Tribunal, **para a qual saem os presentes**. A Diretora Kézia, responsabilizou-se em agendar a sala de reuniões para a respectiva data;
- 3 – Na próxima reunião (dia 09/08/2019), a DINFR apresentará à comissão, os projetos e as ações que contemplam as obras dos Fóruns de Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins;
- 4 – A servidora Eva Portugal solicitará, via SEI as mesas com regulagens eletrônicas, para as pessoas com deficiência física deste Tribunal;
- 5 – Encaminhamento dos autos à Presidência do TJTO para conhecimento das sugestões aqui apresentadas, notadamente, no que tange à pessoa do TJTO capacitada em libras para acompanhar o Projeto Justiça Cidadã; e a sugestão de visitas ao MPF, em Palmas, para conhecer as adequações lá realizadas que atendem as necessidades das pessoas com deficiência.

ENCERRAMENTO:

Às 16 horas, encerrou-se a presente reunião.

E nada mais havendo para ser registrado, lavrou-se a presente Ata, assinada por mim, Vania Ferreira da Silva Rocha, Assessora Técnica da Diretoria Geral e membro da comissão; e será encaminhada aos demais presentes, para assinatura e ciência.



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, Juíza Auxiliar da Presidência**, em 27/06/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vania Ferreira da Silva Rocha, Assessor Técnico da Diretoria-Geral**, em 27/06/2019, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Ornato Benigno Brito, Coordenador de Gestão Estratégica e Estatística - Em Substituição**, em 27/06/2019, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Sousa Luz, Assistente de Suporte Técnico**, em 27/06/2019, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Sobrinho, Diretor Judiciário**, em 27/06/2019, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social**, em 27/06/2019, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eva Portugal de Sousa, Técnico Judiciário de 2ª Instância**, em 27/06/2019, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **William Christie Caproni de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 27/06/2019, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 28/06/2019, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Moura, Engenheiro**, em 09/07/2019, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2652848** e o código CRC **BC8323AB**.